

Curso de Especialização em Recuperação e Lazer

FEF/UNICAMP



UNICAMP

temática: A liberdade de ir e vir e suas implicações no lazer das Pessoas Portadoras de Deficiência: Um Direito esquecido.

autora: Profa. Dra. Vera Lúcia Butião Campos

Parceira

O Estudo temático desenvolvido pela Profa. Vera Lúcia Butião Campos reflete - em última instância - a seriedade através da qual a mencionada professora buscou dar conta de sua elaboração. Radicalidade, Rigoriedade e Reflexão de conjunto foram princípios sempre presentes ao longo do processo de sua construção, em níveis que superam aqueles comumente estabelecidos enquanto parâmetros éticos a serem alcançados por trabalhos conclusivos de um curso de especialização.

Parceira favorável à Aprovação. Conceito A


Lino Castellani Filho

VERA LÚCIA BUTIRO CARMONA

A Liberdade de Ir e Vir e Suas Implicações no Lazer
das Pessoas Portadoras de Deficiência: Um direito esquecido.

Faculdade de Educação Física
Universidade Estadual de Campinas

1992



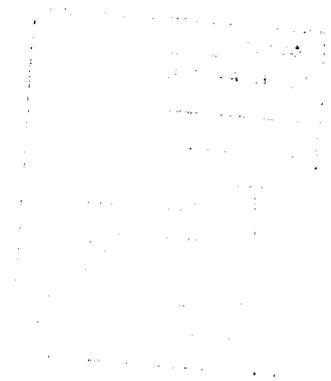
VERA LÚCIA BUTIRO CARMONA

A liberdade de ir e vir e suas implicações no lazer das
pessoas portadoras de deficiência: um direito esquecido.

Trabalho apresentado à Faculdade de
Educação Física da Universidade
Estadual de Campinas como
requisito parcial para a conclusão
do curso "de especialização em
Recreação e Lazer " sob orientação
do Prof. Lino Castellani Filho.

Faculdade de Educação Física
Universidade Estadual de Campinas

1992



Ao Carlos, meu marido, pelo
companheirismo e incentivo.

Ao Prof. Lino Castellani Filho,
pela amizade que lhe nutro e em
especial pela dedicação com que
soube acompanhar-me neste caminhar.

"Uma mente não pode ser modificada pelo local ou pelo tempo, a mente é seu próprio local e em si própria pode fazer um paraíso do inferno e um inferno do paraíso"

John Milton

Resumo

" Este Trabalho tem por objetivo estudar as barreiras enfrentadas pelas pessoas portadoras de deficiência física e visual (P.P.D.F.V.) ao colocarem em prática o seu direito ao lazer. Visa ainda realizar um levantamento das instituições que estejam estudando e implementando adaptações quanto às barreiras arquitetônicas impostas ao deficiente no percurso que ele realiza. Nele, considerou-se as dificuldades enfrentadas pela (P.P.D.) situada na faixa da população de "baixa renda", obrigada a quase somente se servir dos serviços públicos para atender às suas necessidades. Para alcançar estes objetivos este trabalho tentou resgatar todas as dificuldades encontradas por essas pessoas, desde o momento em que saem de suas casas até chegarem ao local desejado de seu lazer. As barreiras aqui observadas parecem simples, entretanto, quando vivenciadas, simplesmente impedem que estas pessoas saiam de suas casas, tornando-se assim prisioneiras da liberdade abstratamente considerada. Nesta "via crucis" trajeto realizado pela (P.P.D.F.V.), foi explicitado dificuldades por ela experimentada, destacando-se: I. A não adaptação dos transportes coletivos às suas necessidades e o despreparo dos motoristas no auxílio à (P.P.D.F.). II. A inadaptabilidade das vias públicas à situação da (P.P.D.F.V.) (calçadas irregulares, guias não rebaixadas e repletas de bueiros abertos). III. Nos equipamentos

urbanos, a necessidade presente de adaptação à situação dos cidadãos portadores de deficiência. IV. A não adaptação dos locais de lazer à realidade da (P.P.D.F.V.). Esta realidade foi identificada tomando como base depoimentos de (P.P.D.F.V.). Não foi possível basear-se em dados estatísticos ou informações oficiais, pois a própria Prefeitura Municipal de Campinas não os possuía. Ao final realizou-se um levantamento das instituições públicas e privadas que estão realizando estes estudos. Constatou-se a ausência de comunicação entre elas. Compreendendo a importância deste intercâmbio institucional, foi separado um capítulo deste trabalho para mapeá-las e assim discriminar suas atividades.

Sumário

I.	Introdução09
II.	Um pouco de Campinas	14
III.	A pessoa portadora de deficiência no Estado de São Paulo e em Campinas: Algumas considerações	.19
IV.	A "via crucis" da pessoa portadora de deficiência física e visual, em Campinas na busca de lazer28
V.	Mapeamento das instituições42
VI.	Considerações finais47

Capítulo I

Introdução

A liberdade de ir e vir de um lugar a outro, bem como a liberdade de permanecer em qualquer lugar, está prevista na Constituição Brasileira, contida em um capítulo especial sobre os direitos individuais. Estes direitos visam proteger a vida, a liberdade e a segurança do cidadão. Contudo, como esta questão tem sido realmente vivenciada por este cidadão?

Analisando esta questão pelo prisma de uma sociedade democrata burguesa, essa liberdade é caracterizada pela igualdade de todos perante a lei e pela liberdade jurídica dos cidadãos que podem livremente gozar de seus direitos. No entanto, atrás desta aparente segurança há a intenção de perpetuar este sistema, fundado na livre determinação dos indivíduos, agindo cada qual em função de suas aspirações particulares. Assim estabelece-se uma guerra de interesses, onde os que tem maior poder gozam desta liberdade em detrimento da liberdade de outros.

O cidadão é livre para escolher e determinar sua ação. Contudo quando procura realizar e tornar efetiva suas ações, verifica que as incertezas da

vida social afunilam a ilimitada liberdade que lhe foi supostamente atribuída. Sua posição na pirâmide social determina o exercício desta liberdade, quanto mais baixo estiver situado nesta pirâmide mais limitada será a liberdade.

A esfera da liberdade da pessoa portadora de deficiência (P.P.D.) situada na faixa da população de "baixa-renda", que vale exclusivamente dos serviços públicos para atender suas necessidades, é ainda mais restrita visto que há outras dificuldades suplementares que lhe são impostas.

Podemos identificar um esquecimento, deste segmento da sociedade, ao se construírem prédios, praças de esporte, cinemas, teatros, não proporcionando o livre acesso destas pessoas a estes lougradouros, sejam elas vítimas de acidentes de trânsito, de trabalho ou ainda da violência urbana.

Comumente não se pensa que uma pessoa portadora de deficiência física e visual (P.P.D.F.V.) queira ir ao cinema, praças de esporte, ou necessite utilizar-se do transporte coletivo. Esta, ainda se depara no transcorrer de seu percurso com inúmeros equipamentos urbanos (orelhão, caixa de correio, banca de jornal) que, por não possuírem padrões pré-estabelecidos em sua colocação, quase impossibilitam, ou até mesmo transformam seu uso em uma verdadeira prova de persistência

e arrojo para a (P.P.D.).

A arquitetura, por exemplo, tem como objetivo servir ao Homem de forma funcional em primeiro lugar, posteriormante agradá-lo através de sua forma estética, não devendo interferir em seu primeiro objetivo. O que se observa são inversões de valores, em que o estético é supervalorizado. O que veio para servir todo Homem passa a ser barreira para alguns. Não podendo, muitas vezes, apreciar a estética na forma usual e frequentemente nem deles se utilizar na sua forma funcional. Contudo, não se pode continuar ignorando todo um segmento da sociedade, apenas porque este foge aos padrões de consumo e de usuário, considerado, "normal". Estas questões devem ser consideradas pelo poder público, município e estado, para minimizar e mudar esta realidade. Necessário se faz que este segmento da sociedade, lute para adquirir poder de mudança desta estrutura.

Assim, vias públicas, edifícios, praças, locais de lazer, mobiliários e equipamentos urbanos, tudo o que é considerado pela arquitetura e urbanismo deve ser adequado ao uso por todos os Homens, inclusive, dos portadores de deficiência.

Visualizando esta realidade faz-se necessário realizar estudos com o fim de qualificar e quantificar a situação desta população. Quais dificuldades que se têm encontrado? Quais propostas que se têm para

minimizar estes problemas referentes ao direito à liberdade de ir e vir?

O impacto destas questões levou à definição do tema desta pesquisa. Teve sua origem ao longo de alguns anos de observação e vivência, junto a pessoas que passaram por um processo de reabilitação ou habilitação. Pessoas com várias patologias, congênicas ou adquiridas que eram atendidas em diferentes instituições.

No processo de reabilitação acompanhamos uma das faces mais difíceis, para estas pessoas talvez a mais importante, a aquisição da independência na locomoção. As pessoas que necessitam submeter-se a esse processo consideram-no prioritário e de grande dificuldade.

Dentro deste contexto, este trabalho tem objetivo e objeto de estudo a locomoção de pessoas portadoras de deficiência física ou visual, pois são as que encontram maiores dificuldades e impossibilidades arquitetônicas ao tentarem se dirigir a locais de lazer.

Foi escolhida a cidade de Campinas por ter sido o local onde vivenciamos a prática do acompanhamento à (P.P.D.).

Este trabalho pretende descrever o trajeto da (P.P.D.F.V.), desde sua residência até os locais de lazer, tendo como base a análise de depoimentos de

algumas delas. Ressaltar-se-á pontos relevantes do cotidiano da locomoção destas pessoas e da tentativa de frequentarem locais de lazer, fatos que, muitas vezes, não são por nós conhecidos. Tem por objetivo ainda realizar um levantamento de instituições que estejam estudando e implementando adaptações quanto às barreiras arquitetônicas, visando um intercâmbio institucional que é imprescindível para minimizar estas questões.

Este trabalho não visava esgotar o assunto, contudo quer contribuir para que novas questões sejam levantadas, possibilitando ações concretas que minimizem essa problemática, assim terá cumprido o seu propósito.

Capitulo II

Um pouco de Campinas

Campinas. Que cidade é essa, com jeito de metrópole? Que recursos, que opções ela possui a nível de recreação e lazer? Como é o acesso da população a esses recursos?

...Campinas é a segunda maior cidade do Estado de São Paulo, situa-se aproximadamente a 80 Km da capital. Atualmente tem uma área de aproximadamente 718 quilômetros quadrados. O município possui quatro distritos: Joaquim Egídio, Sousas, Barão Geraldo e Nova Aparecida.

O último censo, realizado no ano passado, concluiu que a população é de 846.084 habitantes¹. Entretanto, não tem sido aceito este resultado pois a secretaria municipal de planejamento estimou no início do ano, uma população de 1,2 milhão de habitantes em Campinas².

Seja qual for o número exato, é

¹ IBGE de Campinas

² Correio Popular 1 de setembro de 1991, p. 72.

fato que se trata de um contingente considerável cujos problemas são complexos.

Para se dar vazão a toda produção industrial e comercial do município, bem como proporcionar um sistema de transporte e de acesso com fluxo satisfatório, Campinas é privilegiada, pois tem acesso a dez rodovias estaduais e a 64 municipais.

Quanto ao transporte urbano, parece-nos que os meios são satisfatórios, embora talvez não suficientes, em algumas regiões do município, devido ao crescimento populacional.

Embora não seja tema desse trabalho, vale a pena mencionar que a cidade conta com duas Universidades, 180 escolas de 1º e 2º graus e apenas 5 escolas para "excepcionais"³.

A tônica desse trabalho está centrada na questão do lazer das pessoas que apresentam deficiência físicas e visuais, mas está intrinsecamente ligada à viabilização do transporte urbano, bem como o acesso a educação formal destas mesmas pessoas.

Campinas conta com locais de cultura e lazer distribuídos pela cidade, 17 praças esportivas, 13 delas com piscinas. Inúmeras outras praças

³ "Excepcionais" - Terminologia utilizada por órgãos públicos, generalizando todos os tipos de deficiências. Neste trabalho optou-se pela terminologia "pessoas portadoras de deficiências", crendo que esta aproxima-se mais da não desapropriação como pessoa humana.

de pequeno porte estão espalhadas por toda a cidade⁴.

Nas praças de esportes são oferecidas aulas de basquete, vôlei, futebol de salão, futebol de campo, ginástica artística, ginástica estética, jazz, atletismo, natação e atividades para idosos.

A cidade tem um Shopping Center, vários museus, bosques como o Guarantã, o dos Alemães e dos Italianos que são algumas das maiores áreas verdes da cidade e ainda, o recente inaugurado Parque Ecológico.

Perto de Joaquim Egídio está o Observatório Astronômico de Capricórnio. Ao redor encontramos dezenas de fazendas de café, algumas semi abandonadas, marcos arquitetônicos da história de Campinas.

Campinas ainda possui dois clubes de futebol, que são motivo de orgulho e "rivalidade" na cidade, Guarani e Ponte Preta. Um lazer na qual a população de Campinas se une, para dividir-se entre dois grandes times, a (P.P.D.F.) encontra grandes problemas para participar deste lazer, nos estádios dos referidos times.

Na região central, encontra-se a maior parte de usos comerciais e de prestação de serviços do município. Sendo uma região de antiga urbanização do município, apresenta grande problema de tráfego de transportes e não suporta mais as atuais demandas. Daí

⁴ Dados fornecidos pela Divisão de Praças de Esportes. Secretaria Municipal de Campinas. (PMC) Divisão Técnica 27/08/90.

decorrem conflitos entre veículos particulares e coletivos e pedestres. Este fato poderá se agravar quando completada a estação central do trem intra-metropolitano (TMI) e o veículo leve sobre trilhos (VLT), trazendo uma concentração muito grande de passageiros.

Basicamente localiza-se na área central a maior parte de imóveis com interesse de preservação cultural. Grande parte deles encontra-se deteriorada, em função de questões que dizem respeito a aspectos econômicos e a ausência de instrumentos normativos, como arquitetura do prédio, que tem sido desfigurada por dispositivos visuais. Ainda se faz necessário mencionar o excesso de informações visuais e comerciais, causando uma poluição visual do espaço central como, por exemplo, placas comerciais localizadas em esquinas.

Cabe ainda mencionar os orelhões, caixas de correio e de lixo, localidades sem nenhum critério. Assim dificultando o acesso da (P.P.D.F.V.) pelo centro da cidade.

Na região sul encontra-se a chamada "cidade industrial" devido à presença dominante de indústrias aí verificada. Pertence a esta região a população de baixa renda. Encontramos aí inúmeros conjuntos habitacionais, totalmente carentes de atividades terciárias (comércio) mais abrangentes, o que obriga a população a

enfrentar um deslocamento "pendular" periférico-centro. Encontra-se neles também uma carência muito grande de áreas destinadas ao lazer.

Contrastando com a região sul, encontra-se a leste que acomoda basicamente loteamentos de médio e alto padrão habitacional. Esta região destaca-se por sua alta qualidade ambiental, mantendo o meio natural. Encontra-se, por exemplo, uma praça de 46.020 m² no bairro de Nova Campinas, contrastando com regiões mencionadas que não possuem praças de lazer.

Finalmente, a região norte configura-se como área de urbanização a ser consolidada com a presença de vazios significativos, além das áreas denominadas "Barreiras Físicas" (fazenda do Chapadão, Santa Elisa e Santa Genebra). Importante ressaltar a presença mais significativa de terras produtivas do município de Campinas⁵.

Enfim, esta é a cidade em que decidiu-se fazer o estudo sobre como a (P.P.D.F.V.) tem exercitado a liberdade, o direito de ir e vir. Nele verificou-se ainda as condições de lazer e suas possíveis adaptações aos deficientes.

⁵ Plano Piloto - Diagnóstico e Mapeamento.

Capítulo III

A pessoa portadora de deficiência no Estado de São Paulo e em Campinas

Dados Gerais

Atualmente, ainda não se conhece qual é a população das (P.P.D.), não se dispõem sequer de dados estatísticos confiáveis que consigam quantificar e identificar o número e os tipos de deficiências existentes no país. Não se conhece a real situação deste cidadão quanto ao acesso ao estudo, à reabilitação e ao seu engajamento ao trabalho.

Até hoje os dados utilizados pelo Estado e pelas entidades baseiam-se naqueles fornecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo a ONU, países como o Brasil, "terceiro mundo", cerca de 10% da população apresenta alguma forma de deficiência. Tendo este referencial como base, pode-se afirmar que cerca de 13 milhões de brasileiros apresentam algum tipo de deficiência. Entretanto a Organização Mundial de Saúde, diz

que nos países de terceiro mundo, esta porcentagem pode chegar a 15% ou até a 20%. No Brasil, as áreas pobres são imensas, principalmente no norte e nordeste, locais de maior incidência de deficiência, visto que nestas regiões meios de vida e de prevenção de doenças são insatisfatórios. A OMS aponta aproximadamente 70% das deficiências como consequência direta da desnutrição ⁶.

De acordo com estas estimativas chega-se a seguinte distribuição percentual nas diferentes formas de "deficiências"⁷.

- Deficiência mental - 6 milhões e 500 mil (5%)
- Deficiência física - 2 milhões e 600 mil (2%)
- Deficiência auditiva - 1 milhão e 950 mil (1,5%)
- Deficiência múltipla - 1 milhão e 300 mil (1%)
- Deficiência visual - 600 mil (0,5%)

⁶ Ribas, João B. Cintra. O que são pessoas deficientes. Ed. Brasiliense 2a. ed. p.103.

⁷ Brasil MEC. Cenesp. Plano Nacional de Ação conjunta para integração de pessoa deficiente, p.12. 1986.

Não se pode deixar de destacar outro fator significativo do aumento assustador de pessoas que passam a possuir algum tipo de deficiência; o acidente de trabalho e a violência urbana. Estas considerações são feitas em grandes metrópoles, onde 2,5 milhões da população é constituída por deficientes sendo que 1,3 milhões são deficientes físicos, significando 50% das deficiências na grande São Paulo.

Este caos generalizado em que se encontram os "deficientes" no Brasil, em relação a prevenção, assistência médica, reabilitação e habilitação é reconhecida publicamente nos documentos divulgados por secretarias especiais, comitês e comissões e outros organismos especialmente criados pelo Estado para cuidarem das questões relativas aos "deficientes"⁸.

Em 1981, a Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes denunciou, mesmo que de forma sutil, alguns dos principais problemas vividos pelos "deficientes" da seguinte maneira:

"...Os dados alternantes conduzem a uma reflexão sobre a situação dos países em desenvolvimento, onde vivem milhões de pessoas que apresentam deficiências congênitas ou adquiridas, muitas das

⁸ Carmo, Apolinário Abadio. Deficiência Física: A Sociedade Brasileira Cria, "Recupera" e Discrimina. p.38. 1989.

quais poderiam ser evitadas ou reduzidas mediante adoção de medidas simplificadas de prevenção e reabilitação, que estariam dentro das possibilidades das próprias comunidades, desde que estas estivessem devidamente informadas e capacitadas a fazê-lo ...no Brasil, há a necessidade ainda, de uma tomada de consciência da realidade sócio-econômica que envolve o problema e de uma reformulação de conceitos e de metodologias, superando-se a idéia de que a reabilitação só é possível com equipes numerosas equipamentos sofisticados e instalações físicas dispendiosas..."⁹

Esta situação é também evidenciada pelo esquecimento do Poder Público quanto ao levantamento de dados estatísticos, sendo que este pode ser ponto de partida para um trabalho sério, certamente auxiliando pesquisas sobre esta problemática. Entretanto, o discurso ouvido é que este segmento da população é alvo de preocupação e de cuidado por parte dos poderes públicos constata-se atitudes paternalistas que simplesmente aliviam

⁹ Brasil MEC. CENESP. Relatório de Atividades da Comissão Nacional do Ano Internacinal das Pessoas Deficientes. p 5. 1981.

a "consciência" de uma minoria que tem ajudado o "deficiente". Este levantamento de dados traçaria um perfil deste segmento da população no aspecto econômico, reabilitador, escolar, no trabalho e no lazer. Assim saber-se-ia onde, quanto e quais os recursos humanos e equipamentos deveriam ser empregados.

Portanto, um planejamento seria mais viável e desejável, para que a ação fosse mais eficiente e que medidas e resoluções inexpressivas não fossem tomadas.

Estado de São Paulo

Pela falta de dados específicos e atuais, já mencionada, tem-se apenas como referência o censo de 1981 para constatar algumas questões relevantes quanto à condição de vida da (P.P.D.), são dados referentes a região metropolitana de São Paulo quanto as pessoas portadoras de deficiência física, mental, auditiva, visual e múltipla. Neste censo podemos constatar que 79,5% das pessoas deficientes receberam assistência médica, somente 8,8% destas tiveram tratamento de reabilitação sendo que não houve nenhum encaminhamento para o programa de habilitação profissional¹⁰.

¹⁰ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Volume 5 p.549 e 550. 1981.

Outro dado levantado foi quanto a atividade econômica das pessoas portadoras de deficiências com 10 anos ou mais. Constatou-se que 20,6% são economicamente ativas, sendo que 19,1% são ocupados, 1,5% procuram trabalho e 79,3% não tem nenhuma atividade que proporcione alguma renda.

Quanto a vinculação a associações ou instituições assistenciais, verificou-se que as vinculadas chegam a 11,8% as não vinculadas a 87,9%.

Dados que demonstram claramente a permanência da (P.P.D.) dentro de casa. Este fato decorre da desinformação familiar sobre o potencial da (P.P.D.) indo até o preconceito familiar, à vergonha de ter um filho "deficiente" escondendo-o dos amigos e dos vizinhos. Ainda é encontrada sem assistência médica adequada, ou mesmo condições de frequentar qualquer serviço de reabilitação. Este serviço lhe proporciona condições de engajamento no mercado de trabalho e resultaria, numa interação da (P.P.D.) com sua comunidade mais próxima.

Ação Governamental

Atualmente os municípios de São Paulo e de Campinas, têm aberto um espaço de atuação para a pessoa de portadora de deficiência. Pode-se encontra-las, num número restrito, empregada dentro da proporção

assegurada pela lei em prefeituras. Conselhos foram criados para discutirem os problemas implícitos a esta questão. Não se pode dizer que nesta atual realidade a prefeitura esteja usando todos os recursos de que dispõe, mas encarar como um início que deve ter sua continuidade.

Em São Paulo, com a atual Prefeitura de Luiza Erundina, abriu-se uma nova possibilidade de diálogo, o que não foi possível anteriormente. Com esta perspectiva, foi criado o Conselho Municipal da Pessoa Deficiente, pelo decreto no. 28.004 de 21/08/89.

O conselho executa suas atividades junto à Secretaria dos Negócios Extraordinários, recebendo dela apoio para desenvolver seu trabalho. A participação é aberta a todo deficiente ou entidade de movimentos populares da cidade de São Paulo.

No C.M.P.D. existem grupos de trabalho, desde o começo da atual administração. Estes visam a participação da (P.P.D.) e de profissionais de diversas áreas. Nos próprios grupos de trabalho possuem espaço de discussão e reivindicação para que soluções adequadas sejam encaminhadas. Compõem de grupos que atuam nas seguintes áreas: trabalho; transporte; saúde; esporte; ingresso ao serviço público; imprensa Braille; moradia; educação e barreiras arquitetônicas.

Em Campinas, há cerca de 21

entidades cadastradas na COMIND (Comissão Municipal de Integração do Deficiente) que servem cerca de 1100 pessoas, com apenas uma instituição destinada especialmente à habilitação profissional. Nas Secretarias da Educação, da Cultura e do Esporte encontra-se esforços para realizar trabalhos destinados à (P.P.D.). O trabalho mais recente é o da biblioteca Braille, localizada na biblioteca central desenvolvendo as seguintes atividades: aulas de inglês, sorobam, de abreviatura Braille, Esperanto e reforço para alunos da rede municipal que apresentam deficiência visual. A biblioteca Braille possui um acervo de 800 volumes e 150 obras de livros em Braille, cerca de 150 livros falados.

Encontra-se na Secretaria de Esporte o projeto Vi-Ver Campinas, com o objetivo de proporcionar à (P.P.D.) uma vivência em recreação e esporte utilizando áreas de lazer da municipalidade. Entretanto uma falta de vontade política é encontrada quanto aos problemas das barreiras arquitetônicas, é detectada a falta de um diagnóstico da situação e de planejamento de medidas para minimizar os problemas encontrados nas vias públicas, no transporte coletivo e nas áreas de lazer. Encontra-se algumas medidas isoladas sem nenhum efeito sobre o conjunto. Dentro do município de Campinas há algumas guias rebaixadas, sendo que estas não seguem as regras normativas; um teatro que está sendo adaptado; um elevador adaptado no prédio da prefeitura e nenhuma área de lazer ou

praça de esportes possui adaptações de acesso e para viabilizar o uso dos equipamentos pela (P.P.D.).

Este trabalho tem como objetivo estar analisado os esforços do município para dar melhores condições de vida à (P.P.D.), entretanto destaca-se inúmeras instituições e movimentos que vêm lutando junto ao poder público para concretizar mais rapidamente estas metas.

Capítulo IV

A "via crucis" da pessoa portadora de deficiência física e visual, em Campinas, na busca de lazer.

As entrevistas realizadas neste trabalho com a (P.P.D.F.V.), a respeito das dificuldades quanto à sua liberdade de ir e vir, não revelam fatos e problemas novos, porém constata as dificuldades cotidianas enfrentadas por elas e que têm sido negligenciadas e ignoradas pelo poder público.

Destaca-se: I - a não adaptação dos transportes coletivos às suas necessidades e o despreparo dos motoristas no auxílio à (P.P.D.F.). II - a inadaptabilidade das vias públicas à situação das (P.P.D.F.V.) calçadas irregulares, guias não rebaixadas e repletas de bueiros abertos. III - a não observância dos equipamentos urbanos, da necessidade de adaptação à situação dos cidadãos portadores de deficiência. IV - a não adaptação dos locais de lazer à realidade da (P.P.D.F.V.).

"... eu como deficiente calejado ,
tarimbado, escovado... vou te dizer uma

coisa as autoridades brasileiras seja no âmbito Federal, Estadual, Municipal eles se preocupam muito com a aparência das coisas e não com a realidade. Por exemplo, o deficiente tem necessidade de sair de casa pelas mesmas necessidades que tem qualquer pessoa, quer seja para trabalhar, passear. Mas eles acham que o deficiente é uma pessoa especial então quando sai de casa é um presente que ele recebe e não um direito. Não é encarado como uma pessoa normal. As autoridades como as outras pessoas dizem ao verem os deficientes saindo de casa... olha como ele é corajoso...".

A liberdade de ir e vir tem sido muito desejada e é o motivo de luta para muitas destas pessoas. Mas neste caminho a ser conquistado encontram-se não só as barreiras arquitetônicas, mas as barreiras sociais, a maneira que a sociedade considera e discrimina à (P.P.D.). Estas dificuldades podem ser minimizadas diante de uma postura mais determinada e decidida do próprio cidadão que apresenta algum tipo de deficiência. Quanto a este assunto eis o depoimento de um entrevistado.

"...o próprio deficiente tem tido uma postura conformista, esperando que os outros façam por ele o que ele próprio pode fazer..."

Este trabalho não acredita numa postura paternalista, mas sim na necessidade de que este segmento se organize e lute por seus próprios interesses e não espere que outros abracem esta luta ou os representem. Não há melhor representação do que aquela feita pela própria (P.P.D.) para argumentar sobre suas reivindicações e sobre suas necessidades. Assim sendo irão adquirindo poder de mudança desta estrutura.

Entretanto, quando conseguem sair de casa é preciso revestir-se de desprendimento e de coragem.

"...o mais difícil é quando você sai de casa e encontra degraus que não dá para subir com a cadeira..."

Este é um dos problemas para as pessoas portadoras de deficiência física, os graus. A falta de rampas e guias rebaixadas.

"... Preciso das guias rebaixadas para chegar ao local de serviço ou de lazer..."

Na cidade de Campinas, identificamos a falta de "Política de adaptação", as guias rebaixadas não proporcionam uma livre circulação por estarem fora do padrão ou por serem escassas.

Este entrevistado é paraplégico e participa da Comind (Comissão Municipal de Integração do Deficiente), faz parte do grupo de barreiras arquitetônicas. Ele próprio não consegue usar estas guias rebaixadas, e dá o seu depoimento do que tem vivido para que estas barreiras diminuam.

"...todo órgão público é burocrático, passa por várias secretarias, vai para o secretário da ação social, como tem despesas vai para a secretaria de finanças, como mexe com trânsito passa pela setransp, como mexe com obras vai para a secretaria de obras. Forma-se um processo medonho, quando chega na mão do Prefeito, ele só dá a aprovação, mas não sabe exatamente o que está acontecendo, não tem conhecimento da problemática. Aí executam simplesmente. Aí a imprensa

divulga que a prefeitura fez. Mas também não quer saber para divulgar se está construída corretamente ou se algum deficiente consegue usar. Ela só divulga..."

"...as normas existem, mas não são respeitadas... As guias de Campinas não estão dentro das normas..."

Este trabalho constatou que os únicos locais que estão adaptados para que a (P.P.D.F.) exerça sua liberdade de locomoção são o Banco Itaú e o teatro Castro Mendes. Exemplificando esta constatação eis o depoimento de uma (P.P.D.F.).

"...quando vou ao banco, preciso que alguém me coloque na calçada quando atravesso a rua, pois não é rebaixada, depois vou sozinho entro no banco, pego elevador faço tudo sozinho..."

Este é um exemplo que tendo as adaptações necessárias e adequadas a pessoa portadora de deficiência física consegue ter sua liberdade para ir onde quiser. É para que haja este livre acesso pelas ruas e

lugares públicos são necessários algumas adaptações, mencionadas por eles, que seriam: calçadas livres de equipamentos urbanos e outros que impeçam a livre locomoção; calçadas em melhores condições; calçadas rebaixadas; rampas em lugar de escadas; estacionamentos com vagas preferenciais; jardim e praças com bancos, rampas e vegetações dentro dos padrões; elevadores adaptados; telefones públicos rebaixados; caixa de correio e bebedouros adaptados.

No caso do (P.P.D.V.), é necessário que tenha domínio da técnica de orientação e mobilidade (técnica de Hoover), usando a bengala longa para se locomover e utilizando-se de um ponto de referência que seria a parede ou a guia da calçada. Porém, para sua proteção, devido ao intenso trânsito no centro da cidade, é utilizada a parede como ponto de referência. Nesta realidade encontra-se as dificuldades na locomoção destas pessoas.

"... lixo na rua, lixo de construção dificultam minha locomoção..."

Encontra-se nestes depoimentos uma indignação por parte dos portadores de deficiência visual, pelo descaso em se colocar pilhas de lixo e mesmo em bairros as prateleiras fixadas nas grades das casas que

sustentam o lixo.

A solução é simples, indicada por eles, é colocar tanto o lixo como suporte na guia da calçada, assim o caminho fica livre.

Outro problema apontado nos depoimentos é a falta de organização para a instalação de equipamentos urbanos principalmente no centro da cidade.

"...O centro da cidade é uma aventura para o deficiente...se você parar para pensar antes de sair de casa, você desiste... você tem que simplesmente se aprontar e cair na cidade...os problemas são os de sempre...orelhão é a morte, continua não tendo nenhuma sinalização ... você está sempre batendo nele..."

"...moro no centro, encontro várias dificuldades em termos de espaço físico. Encontro obstáculos com orelhão que sua base é estreita e não alcanço com a bengala e a parte alta é muito ampla aí...bate-se o rosto, ombro. Eu acho que deveria ser delineada sua base e igualar a parte ampla, ou ter uma sinalização com uma circunferência de cimento com um

degrau que voce pode detectar com a bengala antes de bater nele..."

Outro problema apontado por eles é a falta de manutenção.

"...minha principal dificuldade são os bueiros que geralmente não tem grades ...inclusive cheguei a cair dentro de um deles..."

"... faz tanto tempo que ando com a bengala, já aconteceu tudo que você possa imaginar mas um dia estava andando na Francisco Glicério, tinha um bueiro que estava fazendo manutenção e não tinha nenhuma grade de proteção indicando que estava aberto... eu cai, mas para minha sorte pisei nas costas dos operadores que estavam dentro do buraco..."

Outro problema fundamental para a locomoção da (P.P.D.F.) é a utilização de transportes urbanos.

"...utilizo o ônibus sendo carregado até o banco e a minha cadeira é fechada e colocada dentro do ônibus..."

A cidade de Campinas não possui ônibus adaptados, mesmo sendo considerada a maior cidade do interior, chegando quase a uma metrópole. Na cidade de São Paulo, encontram-se 20 ônibus adaptados, mas estes atualmente não estão em circulação devido à falta de manutenção. Outra questão é a falta de colaboração dos motoristas de ônibus, no acesso das (P.P.D.F) até o interior dos mesmos, ainda que estes tenham passado por um treinamento. No entanto, na questão de transporte para a (P.P.D.V.) não há grandes problemas no que se refere ao transporte em si mas sim a falta de ajuda e de solidariedade da população e dos motoristas.

"...as vezes quando você está sozinho no ponto de ônibus, os motoristas não param, ao você dar o sinal... a comunicação com eles ainda é difícil, quando você entra no ônibus você pergunta alguma informação, eles não respondem..."

"... fila é uma dificuldade muito

grande... é praticamente impossível cego andar em fila de coletivo... porque o ônibus se atrasa, o atraso é grande. Quando o ônibus encosta tem em média 30 a 40 pessoas para tomar o ônibus e grande parte destes passageiros estão a fim de furar fila. Enquanto você deveria estar andando, todos correm, aí não tem deficiente..."

"... apesar que facilitou um pouco ao passar a entrada do deficiente pela porta da frente..."

Esta questão do transporte, Carmo (1989) percebe ser nos discursos de seus entrevistados, que é o mais grave problema em suas vidas. "A ausência de transporte público adequado tem inviabilizado a quase totalidade das possibilidades dos 'deficientes físicos' de acesso à educação, saúde, lazer e trabalho".

No relato das pessoas portadoras de deficiência visual, podemos notar que suas necessidades não são adaptações, mas uma política facilitadora para instalação dos equipamentos urbanos, de melhores condições das calçadas e de que a população esteja conscientizada destas dificuldades e que auxilie para que estas não

permaneçam.

Nesta mesma linha há várias denúncias principalmente quanto as dificuldades na centro da cidade, envolvendo a displicência e a falta de conscientização dos cidadãos de modo geral como também do poder público.

"... mas o terrível é encontrar carros, motos na calçada... as calçadas já são estreitas. Encontrar um carro na calçada isso faz com que eu vá para a rua...e ir para a rua é risco..."

"... outro problema são as lanchonetes que colocam mesas e cadeiras nas calçadas... estas ocupam todas as calçadas..."

"... outro problema é que nas portas das lojas encontro sempre bancas, cartazes ... e preciso da parede como ponto de referência, aí começo a enroscar..."

"..Outro problema é atravessar a rua, na maioria das vezes eu atravesso sozinho, sei que não é o procedimento correto,

pois a maioria das pessoas dificulta muito esta travessia..."

"... Ao atravessar a rua as pessoas não ajudam e quando ajudam pegam no meu braço e não falam nada, não perguntam o que e para onde queremos ir..."

Pode-se identificar nestes depoimentos que há uma falta de comunicação entre as pessoas portadoras de deficiência visual com as demais pessoas que as encontram diariamente. Mas para que esta comunicação se estabeleça é necessário querer ouvir, querer se envolver com a dificuldade do outro. E da parte das pessoas portadoras de deficiência visual é necessário sair de casa, relacionar-se. Assim eles estarão contribuindo para esta questão em específico. Este depoimento exemplifica o problema.

"...facilita muito quando os motoristas estão acostumados conosco, por tomarmos o ônibus com frequência..."

É importante ressaltar que na questão do lazer, as pessoas portadoras de deficiência física e visual têm saído mais, por estarem engajadas em

grupos de atividades variadas.

"... em nosso projeto da prefeitura estamos propondo alternativas, isso tem melhorado, encorajando a frequentarem uma praça de esporte ou teatro ... enquanto o acesso a estes locais continua com as mesmas dificuldades..."

"... o deficiente visual tem saído mais pela oportunidade de sair com pessoas iguais a ela, com as mesmas limitações gerando alto-confiança, pois ela vê os colegas superando os seus problemas e por estarem em grupo facilita o contato com outras pessoas..."

Ainda foram apontados alguns problemas e soluções para áreas de lazer.

"... nos lugares amplos encontramos dificuldades, pois não tem quarteirões, quadras estruturadas que já fazem parte do nosso esquema..."

"...Nestes lugares amplos para facilitar

um livre acesso deveria ter sinalização em Braille e diferenciação de piso funcionando também como sinalização. E os funcionários deveriam ter um treinamento mínimo para ajudar e orientar o deficiente visual..."

São sugestões que se faz necessário registrar pois a ênfase deste trabalho é saber qual é o nível de suas dificuldades quanto a sua liberdade de ir e vir.

Para finalizar o depoimento de uma pessoa portadora de deficiência visual desde criança e que tem uma boa independência.

"... estes pontos levantados, temos convivido com eles, mas te mete medo todos os dias, não importa o tempo que você tenha de independência na locomoção 10, 20, 30 anos, o perigo é o mesmo, todo dia é uma aventura nova ao sair pelas ruas da cidade..."

Estas foram as principais falas das pessoas portadoras de deficiência física e visual entrevistadas, a respeito dos problemas de sua locomoção, de seu direito de ir e vir.

Capítulo V

Mapeamento das Instituições

Este capítulo tem como objetivo realizar um mapeamento das instituições que estejam estudando e implementando adaptações para que às (P.P.D.F.V.) tenham um livre trânsito em nossa sociedade, principalmente em área de lazer.

É objetivo deste trabalho destacar a importância de um intercâmbio institucional, onde todos ganharão, principalmente a pessoa que é portadora de deficiência. Este intercâmbio poderá proporcionar uma elaboração padrão de adaptações nas construções.

Finalizando, este mapeamento tem como objetivo ser uma possível fonte de consulta para interessados no assunto, pois é grande a dificuldade de se encontrarem estas informações.

Este mapeamento foi dividido para efeito de clareza em: a-) adaptações de lazer, entende-se por áreas de lazer: parques, praças de esportes, cinemas, teatros, bibliotecas, museus, bosques, ginásio esportivo, etc... ; b-) adaptações de percurso, entende-se como: guias rebaixadas, calçadas regulares, equipamentos urbanos

padronizados, semáforos adequados, etc... ; c-) adaptações de ônibus, apresentando elevadores para que as (P.P.D.D.F.) possam utilizá-los.

Instituições governamentais e não governamentais	Adaptações em área de lazer	Adaptações de recursos	Adaptações dos ônibus	Outras atividades
<p>- Conselho municipal para assuntos da pessoa deficiente (Pavilhão Padre Manoel da Nobrega sala 306. Parque Ibirapuera SP.</p> <p>- Faculdade de Engenharia de Sorocaba (0152-329717).</p> <p>- Companhia Santista de Transporte Coletivo (0132-329112).</p> <p>- Comissão Municipal de Integração do Deficiente (Comind - Av. Anchieta 220-129 andar).</p> <p>- Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Deficientes Físicos. (021-2916622)</p>	<p>- Várias áreas de lazer foram adaptadas.</p> <p>- Foi desenvolvido pelo Grupo de Parreiras Arquitetônicas um novo código que obrigará as construtoras a apresentarem as adaptações necessárias em construções de edificações públicas.</p> <p>- Existe um estado de adaptações de recursos no centro da cidade (ruas rebaixadas).</p>	<p>- Ônibus de várias linhas têm sido adaptados.</p> <p>- Implantação de ônibus adaptado.</p>	<p>- Desenvolveram um semáforo sonoro que possibilita a travessia de ruas por pessoas (P.P. M.V.)</p>	

Instituições governamentais e não governamentais	Adaptações em área de lazer	Adaptações de recursos	Adaptações dos ônibus	Outras atividades
<p>- Conselho Estadual para assuntos da pessoa deficiente. R. D. Germania Burchard nº 263 Capital-SP.</p> <p>- Rede de informações integradora sobre deficiência (Reintegrada) Av. Prof. Lúcia Gualberto Teanji nº 374 (7º andar) - Cidade Universitária - SP.</p> <p>- Universidade Federal de Uberlândia - MG. Departamento de Educação Física e Esporte da UFU. R. Benjamin Constant nº 1289 - Uberlândia - MG.</p> <p>- Associação Brasileira de Educadores de Deficiência Visual (R. Rafael Bandeira nº 55 - Florianópolis - SC).</p>	<p>- As instalações do Dep. de Educação Física e esportes possuem adaptações proporcionando um livre acesso à atividades propostas para P.P. B.F.</p>			<p>- Possuem um livreto "Queda de barreiras arquitetônicas", que fornecem por correspondência.</p> <p>- Realizam o curso de "Especialização em Educação Física para Portadores de Deficiência".</p> <p>- Tem como objetivo promover congressos e estimular intercâmbio entre os profissionais.</p>

Instituições governamentais e não governamentais	Adaptações em área de lazer	Adaptações de recursos	Adaptações dos ônibus	Outras atividades
<p>- Associação Brasileira de Desportos para Cegos.</p> <p>- Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Roda.</p> <p>- Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP - Campinas - SP.</p> <p>- Centro interdisciplinar de atenção ao deficiente. PUCCAMP - Campinas - SP.</p>	<p>- Possui algumas adaptações nas instalações da Faculdade de Educação Física.</p>			<p>- Tem como objetivo difundir e incentivar no Brasil os desportos para cegos e promover a realização de campeonatos, torneios e competições desportivas.</p> <p>- Tem como objetivo o desenvolvimento dos desportos em cadeira de rodas, difundindo as suas diversas modalidades.</p> <p>- Realiza o Curso de "Especialização destinada a pessoa portadora de deficiência".</p> <p>- Realiza um trabalho com portadores de deficiência visual, física e Síndrome de Down.</p> <p>- Promove atendimento esportivo e de lazer a pessoa portadora de deficiência física.</p>

Capítulo VI

Considerações Finais

Este estudo foi permeado em toda a sua trajetória pelo objetivo de apontar as barreiras arquitetônicas enfrentadas pela pessoa portadora de deficiência física e visual ao colocar em prática o seu direito ao lazer. Visou realizar ainda um levantamento de instituições que estejam implementando adaptações nos seus serviços à P.P.D. (mapeamento). Utilizou-se como base depoimentos de P.P.D.F.V. através de entrevistas. Constatou-se que atualmente a prefeitura de Campinas, mesmo tendo demonstrado um espaço para se envolver com a questão da P.P.D., não tem conseguido resultados significativos na transformação das barreiras arquitetônicas. Destacou-se alguns pontos: I. As pessoas portadoras de deficiência não são consultadas e as poucas adaptações não são testadas, são simplesmente construídas. II. Prédios públicos e áreas de lazer continuam sendo construídos sem as adaptações necessárias. III. A ausência de intercâmbio institucional, que esteja estudando e implementando estas adaptações.

Para que esta situação comece a tomar outro rumo, necessita-se de uma "Política de Adaptações", que seja um planejamento previamente estudado e realizado. Sendo permeado pelas reais necessidades da

P.P.D.F. Esta política se estenderia por todas as edificações públicas, principalmente às áreas de lazer.

No caso das pessoas que apresentam deficiências visuais há a necessidade de uma "Política Facilitadora" na instalação e construção de equipamentos urbanos bem como na manutenção de calçadas e bueiros.

Necessita-se também de um código de edificações, que obrigaria as construtoras a apresentarem em seus projetos relativos a edificações públicas as adaptações necessárias para garantir o acesso da (P.P.D.).

E, para concluir, constatou-se a necessidade de "vontade política" para estudar e implementar resoluções significativas quanto às barreiras arquitetônicas.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Maria Helena de Souza. Adequação das edificações e mobiliário urbano á pessoa deficiente. São Paulo: ABNT, 1989.
- BERNINI, Luciano. A tecnologia dos materiais e os meios físicos para a prática dos desportos. IN: SIMPÓSIO SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DOS DESPORTOS. São Paulo, 1991.
- BRASIL. Lei Federal nº 78.353, de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria de Deficiente (CorDe), institui a tutela jurisdial de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília (xerox).
- BRUYNE, Paul, HERMAN, Jacques, SCHOUTHEETE, Marc. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, s.d.d..

CAMPINAS. Prefeitura Municipal. Lei municipal nº 5132, de 26 de agosto de 1991. Dispõe sobre a obrigatoriedade de construção de rampas que permitam o acesso de deficientes físicos e de outras providências. Diário Oficial do município, Campinas.

CAMPINAS. Prefeitura Municipal. Lei nº6271, de 14 de setembro de 1990. Dispõe sobre a obrigatoriedade do rebaixamento de guias, calçadas e canteiros centrais, já existentes e a serem constituídos, situados nas travessias sinalizadas. Diário Oficial do Município, Campinas.

CARMO, Apolinário Abadio. Deficiência física: A sociedade brasileira cria "recupera" e discrimina. Campinas, 1989, p. Tese (Doutorado em Educação - Faculdade em Educação, UNICAMP).

DALLARI, Dalma de Abreu. O que são direitos das pessoas. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ENCONTRO PAULISTANO DAS PESSOAS DEFICIENTES, 1991, São Paulo. Anais... São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1991.

JANUZZI, Gilbuta. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. São Paulo: Monole, 1979.

PRADO JR., Caio. O que é liberdade. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. Assessoria técnica de planejamento e controle educacional. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, 1986.

SÃO PAULO. Conselho estadual para assuntos da pessoa deficiente. Elementos básicos para a eliminação de barreiras arquitetônicas e ambientais São Paulo.

SOMBRA, L.A. Educação e integração profissional de pessoas excepcionais: análise da legislação, Rio de Janeiro, 1983, p. Dissertação (Mestrado em educação). - Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ).

TRIVINOS, Augusto N.S. Introdução em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987.

VASH, Carolyn L. Enfrentando a deficiência. São Paulo: Pioneira. 1988.